



Aviação e combate à violência estão na pauta da semana

Projetos tratam de acordo aéreo com os EUA, processo penal de jovens e crime de tocaia perto de casas ou escolas. Também devem ser votados textos sobre serviços de cartório

Segurança pública, desburocratização e transporte aéreo são os temas das propostas em pauta no Senado nesta semana. O Plenário deve analisar o projeto que extingue benefícios processuais penais para jovens criminosos e o que agrava a pena de crimes em situação de tocaia nas imediações de residência ou de escola.

Também deve ser votado pelos senadores o acordo internacional sobre transporte aéreo com os Estados Unidos. O texto busca

promover o sistema de aviação internacional baseado na livre competição e com o mínimo de interferência e regulação governamental. O Plenário deve concluir a votação de duas propostas para combater a burocracia, que já tiveram uma sessão de discussão. Uma delas autoriza a ampliação dos horários de funcionamento dos cartórios e a outra obriga os serviços notariais e de registro a intermediar a entrega de documentos de cartórios de outras regiões. **3**

Comissão Mista de Orçamento tem nova composição **3**

Governo ganha isenção na compra de passagem aérea **2**



Roque de Sá/Agência Senado

Eunício: é papel do Senado debater tema tão relevante para a população

Plenário faz amanhã sessão temática sobre segurança

O Plenário do Senado fará amanhã uma sessão temática sobre segurança pública.

Dez convidados devem debater o assunto durante a sessão, marcada para as 13h30. O ministro da recém-criada pasta da Segurança Pública, Raul Jungmann, é um dos que confirmaram presença. O evento é interativo, o que permite a participação dos cidadãos.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, apontou a segurança como prioridade da Casa neste ano.

O Senado já aprovou em 2018 três projetos que estavam na agenda de prioridades da pauta legislativa relacionada à segurança pública.

A autoria do requerimento para a sessão temática é do senador Tasso Jereissati. **3**

Lei reduz exigências para repactuar dívidas com a União

Uma lei promulgada na sexta-feira pelo presidente do Congresso, Eunício Oliveira, reduz as exigências para que estados, Distrito Federal e municípios possam renegociar suas dívidas com a União.

O texto é fruto de uma medida provisória aprovada na quarta-feira no Senado, último dia de vigência da norma. A MP foi editada para permitir que unidades da Federação com dificuldades financeiras pudessem aderir ao refinanciamento de débitos.

A lei acaba com a obrigatoriedade de apresentação de uma série de documentos, como a certidão de regularidade com o FGTS. **2**

Deputadas constituintes receberão Diploma Bertha Lutz

Receberão na quarta-feira o Diploma Bertha Lutz as 26 deputadas que atuaram no processo de elaboração da Constituição de 1988. A entrega será feita durante sessão solene do Congresso Nacional, na véspera do Dia Internacional da Mulher.

Entre as homenageadas, estão as atuais senadoras Lídice da Mata, Lúcia Vânia e Rose de Freitas e a deputada Benedita da Silva.

O evento integra a programação comemorativa dos 30 anos da Constituição de 1988 e do Março Mulheres, organizado pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado. **4**



Fernando Bizerra/Alquino BG Press

Grupo de mulheres constituintes de braços dados na assembleia que funcionou de 1987 a 1988

Trabalhos rural e doméstico são tema de audiência hoje

A Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho faz audiência hoje para debater normas gerais de tutela do trabalho rural e doméstico. Foram convidados representantes de órgãos trabalhistas e de associações e sindicatos ligados aos trabalhadores rurais e domésticos, como o Ministério Público do Trabalho, o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.

A subcomissão faz parte da Comissão de Direitos Humanos. O debate foi pedido pelo senador Paulo Paim. **3**



Gerardo Maggelo/Agência Senado - 8/2/2018

Vice-presidente da subcomissão, Paulo Paim (C) é autor do pedido para realização da audiência

CRE recebe Ricupero para debater nova ordem mundial

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) promove às 18h de hoje debate sobre a nova ordem internacional após Donald Trump assumir a Presidência dos Estados Unidos. Iniciativa do presidente da comissão, senador Fernando Collor, o encontro terá a presença do diplomata Rubens Ricupero, que foi embaixador nos EUA, ministro da Fazenda no governo Fernando Henrique e assessor especial do presidente José Sarney. **3**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Congresso, ao fundo da Esplanada dos Ministérios: medida provisória foi aprovada no último dia de vigência

Lei facilita renegociação de dívida estadual com União

Promulgada pelo presidente do Congresso, norma reduz exigências, como a apresentação de uma série de certidões para que estados, Distrito Federal e municípios possam repactuar seus débitos

O PRESIDENTE DO Congresso, senador Eunício Oliveira, promulgou a lei que dispensa estados, Distrito Federal e municípios de uma série de exigências para renegociar dívidas com a União. A MP 801/2017 foi convertida na Lei 13.631/2018, publicada na sexta-feira no *Diário Oficial da União*.

O texto foi votado pela Câmara na terça-feira e aprovado pelo Senado na quarta, último dia antes de perder o prazo de vigência, graças a um acordo entre as lideranças, que se sensibilizaram com a situação

financeira difícil de alguns estados federados.

Ao editar a MP, o governo justificou que, mesmo com as novas condições previstas nas leis que possibilitaram a renegociação, os estados não estavam conseguindo refinarçar seus débitos por causa da documentação exigida. A medida permitiu a adesão desses estados.

Com o texto, não será mais necessário demonstrar regularidade no FGTS, no cumprimento das regras dos regimes próprios de Previdência Social — ligados aos servidores

públicos — e no comprometimento máximo da receita corrente líquida (RCL) com despesas relativas às parcerias público-privadas (PPPs).

Será dispensada ainda a apresentação de certidões de regularidade do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e do pagamento de tributos da Dívida Ativa da União (exceto contribuições previdenciárias).

Também não será exigido o cumprimento de obrigações determinadas em leis da época da renegociação.

Compra de passagem aérea pelo governo tem isenção

O *Diário Oficial da União* publicou, na sexta-feira, a medida provisória que dispensa, até 31 de dezembro de 2022, os órgãos da administração pública federal direta da retenção de quatro tributos federais nas compras de passagens aéreas com o cartão corporativo do governo (MP 822/2018).

A dispensa da retenção só valerá para as compras feitas nas empresas aéreas e abrange a Cofins, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a contribuição para o PIS/Pasep.

A MP altera a lei que autorizava a dispensa da retenção até 31 de dezembro de 2017. A permissão foi incluída na norma em 2014, pela MP 651.

Na época da edição dessa MP, o governo alegou que a dispensa da retenção era necessária porque os cartões corporativos não discriminam os tributos sobre as passagens aéreas compradas por órgãos públicos. Sem a informação, o Ministério do Planejamento não teria como reter os tributos.

A MP 822 também revoga um dispositivo da lei que li-

mitou o benefício do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine), em 2018 e 2019, aos valores previstos nas leis orçamentárias dos dois anos.

O Recine suspende a cobrança dos tributos federais sobre a aquisição de equipamentos e materiais necessários à construção ou modernização de salas de cinema. A MP será analisada inicialmente em uma comissão mista. Se aprovada, segue para votação na Câmara e no Senado.

Da Agência Câmara

Paulo Paim destaca importância de voto consciente

Ao comentar, na sexta-feira, o lançamento de cartilha do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) com orientações a candidatos e eleitores, Paulo Paim (PT-RS) reforçou a importância do voto consciente e recomendou aos eleitores que vão às urnas este ano que pesquisem a vida dos candidatos e leiam sobre as propostas apresentadas por eles.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

José Medeiros cobra obras para recuperação de rodovias em MT

José Medeiros (Pode-MT) lamentou a demora na duplicação e recuperação de rodovias federais em Mato Grosso.

— Caminhões com toneladas de carga e pequenos carros de passeio compartilhando a mesma estrada são uma combinação fatal que tem levado milhares à morte.

Para ele, a BR-163 deveria ter sido duplicada, pois os usuários pagam pedágio.



Pedro Franço/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA	ESTATUTO DO TRABALHO Tutela 9h Audiência sobre tutela do trabalho.	QUARTA	CCT Loterias 14h30 Projeto que destina verba de loterias para ciência é um dos itens da pauta.
	CCS Fake news 14h Debate sobre notícias falsas.		CAS Prestação de contas 9h Audiência com o ministro da Saúde.
	PLENÁRIO Discursos 14h Sessão não deliberativa.		CDR Baixo Parnaíba 9h Texto que inclui cidades no semiárido.
	CRE Presidente dos Estados Unidos 18h Debate sobre a influência de Trump.		PLENÁRIO Sessão solene 9h Comemoração relativa ao Dia da Mulher e entrega do Diploma Bertha Lutz.
TERÇA	CDH Segurança pública 9h Audiência pública sobre o tema.	QUINTA	CCJ Jogos de azar 10h Texto que regulamenta jogo de azar.
	CI/CDR/CAE Audiência conjunta 9h Debate sobre cobrança de bagagem.		CSE Senado do Futuro 11h A comissão analisa requerimentos.
	CCJ Segurança da urna eletrônica 10h Audiência pública.		CTFC Consumidores 11h Projeto sobre direito do consumidor.
	CRA Prevenção de pragas 11h Debate sobre pragas na agricultura.		CÓDIGO COMERCIAL Audiência 14h30 Debate sobre comércio eletrônico.
QUARTA	CE Cursos mal avaliados 11h30 Texto sobre funcionamento de curso de graduação reprovado pelo MEC.	SESSÃO ON-LINE	MPS Instalação de comissões mistas 14h30 Instalação de comissões mistas das MPs: 814/2017, privatização da Eletrobras; 815/2018, verbas a municípios; 816/2018, cargos em conselho de recuperação fiscal; 817/2018, servidores dos ex-territórios; 818/2018, plano de desenvolvimento urbano; e 819/2018, doação para basílica na Palestina.
	CMA Mineração 11h30 Projeto sobre pena para quem minera sem autorização.		PLENÁRIO Sessão especial 9h Dia Mundial do Rim.
	PLENÁRIO Segurança e violência 13h30 Debate sobre segurança pública.		CSE Água 17h Audiência sobre a crise hídrica.
	MPS Instalação de comissões mistas 14h30 Instalação de comissões mistas das seguintes MPs, de 2017: 806, tributação de fundos; 808, reforma trabalhista; 809, fundo ambiental, 810, incentivos ao setor de TI; 811, pré-sal; 812, fundos constitucionais; 813, saque do PIS/PASEP.		

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Eunício Oliveira
- Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima
- Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza
- Primeiro-secretário:** José Pimentel
- Segundo-secretário:** Gladson Cameli
- Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares
- Quarto-secretário:** Zeze Perrella
- Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Angela Brandão
- Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
- Coordenador-geral:** Sílvio Burle
- Coordenação de Cobertura:** Paola Lima
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário vota segurança e acordo de aviação com EUA

Estão na pauta desta semana projetos sobre processo penal de jovens e sobre crimes de tocaia perto de escolas, texto que trata de transporte aéreo e propostas para desburocratizar os serviços de cartórios

O PLENÁRIO DO Senado deve analisar esta semana o projeto que extingue benefícios processuais penais para jovens criminosos (PLC 140/2017) e o que agrava a pena de crimes praticados em situação de tocaia nas imediações de residência, no interior de escola ou em raio de até cem metros do ambiente escolar (PLS 469/2015).

A sessão ordinária de amanhã, para a votação das propostas, está prevista para ocorrer após a sessão de debates sobre a questão da violência e da segurança pública no país (veja ao lado).



Senado tem pauta sobre segurança, transporte aéreo e desburocratização

Aviação

O projeto que trata do acordo internacional sobre transporte aéreo entre Brasil e Estados Unidos (PDS 5/2018) também está na pauta do Plenário desta semana. O acordo busca incrementar as relações entre os dois países, estabelecendo um marco legal para a operação de serviços aéreos.

De acordo com o governo, o objetivo do texto é promover o sistema de aviação internacional baseado na livre competição e com o mínimo de interferência e regulação governamental. O acordo também prevê o aumento da oferta ao público de uma variedade de opções de serviços e a criação de incentivos ao setor aéreo para tornar os preços mais competitivos.

Assinado em março de 2011, o documento ficou conhecido como acordo de céus abertos. Alguns de seus artigos já estão em vigor devido a um memorando de entendimento entre os dois países. Na quinta-feira foi lido o parecer favorável do relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG). O senador Lindbergh Farias (PT-RJ), porém, pediu mais tempo para a questão ser discutida, e a votação foi adiada para esta semana.

— Tenho uma posição contrária a esse projeto. Eu acho que vai criar uma assimetria grande e prejudicar as empresas nacionais. Estamos sendo vítimas de um processo de desnacionalização gigantesco.

Ana Amélia (PP-RS) pediu mais agilidade do governo, principalmente em temas considerados estratégicos e importantes.

Os senadores ainda podem votar dois projetos para reduzir a burocracia no país, elaborados pela Comissão Mista de Desburocratização. As propostas devem passar por duas sessões de discussão antes da votação em primeiro turno. Após pelo menos 48 horas dessa votação, ocorrerá a análise em segundo turno.

Cartórios

Um dos projetos (PLS 15/2018) autoriza a ampliação de horários e dias de funcionamento dos cartórios, a critério dos tabeliães, desde que haja permissão do juiz. O outro projeto (PLS 17/2018) muda a Lei dos Cartórios para obrigar os serviços notariais e de registro a intermediar os serviços e a entrega de documentos de cartórios de outras regiões.

Mesa divulga nova composição da Comissão Mista de Orçamento

A Mesa do Congresso Nacional divulgou na sexta-feira a composição da Comissão Mista de Orçamento (CMO). O colegiado é formado por 31 deputados e 11 senadores e deve ser instalado até 27 de março.

No Senado, a composição será a seguinte: PMDB (3 vagas); bloco PSDB-DEM (2); bloco PP-PSD (2); bloco PDT-PT (2); bloco Pode, PPS, PSB, PCdoB e Rede (1); e bloco PTB, PR, PRB e PTC (1).

Já na Câmara, o bloco partidário formado por PMDB, PP, DEM, PSB, PDT, Pode, PCdoB, PSC, PHS, Avante e PEN ficou com 14 cadeiras, o maior número de vagas entre os deputados.

Integrado por 243 deputados, o chamado bloco foi criado em 27 de fevereiro para disputar espaço na Comissão Mista de Orçamento.

Pelas regras de composição do colegiado, que incluem a proporcionalidade partidária e o rodízio na presidência entre o Senado e a Câmara, a presidência neste ano cabe ao maior partido ou bloco existente na Câmara ao final de fevereiro. Portanto, o “bloco” vai poder indicar o nome do principal cargo da comissão, responsável por convocar reuniões, indicar relatores, dirigir a pauta e as votações.

Em ano de eleição presidencial, a CMO ganha destaque especial, pois cabe ao colegiado centralizar os debates sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Orçamento do primeiro ano do próximo governo.

O projeto da LDO chega ao Congresso em abril e o do novo Orçamento da União, em agosto.

Com Agência Câmara

Tutela do trabalho rural e doméstico em debate hoje

Para debater normas gerais de tutela do trabalho rural e doméstico, a Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho faz audiência hoje.

A subcomissão funciona na Comissão de Direitos Humanos (CDH), presidida por Regina Sousa (PT-PI). Telmário Mota (PTB-RR) é o presidente da subcomissão. O debate foi pedido pelo vice-presidente, Paulo Paim (PT-RS).

Foram convidados a procuradora do Trabalho Débora Farias, o assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (Contar) Carlos Eduardo Silva, o auditor-fiscal do Trabalho Lucas da Silva, a representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Livia Ferreira, e o assessor jurídico da Confederação Nacional dos

Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) Ivaneck Alves.

Também devem participar representantes da Universidade Federal da Bahia, da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

CRE analisa nova ordem internacional após Trump

A ordem internacional sob o impacto da presidência de Donald Trump nos Estados Unidos será tema da primeira audiência de 2018 do ciclo de debates “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?”

O encontro está marcado para hoje, a partir das 18h.

Os debates são promovidos pela Comissão de Relações

Exteriores e Defesa Nacional (CRE) desde 2017, por iniciativa do presidente do colegiado, senador Fernando Collor (PTC-AL).

O convidado do painel é o diplomata Rubens Ricupero, ministro da Fazenda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1994.

Ricupero também foi assessor especial do presidente

José Sarney, representante permanente do Brasil junto aos órgãos da ONU sediados em Genebra e embaixador nos Estados Unidos.

A audiência será interativa. Qualquer cidadão pode participar por meio do portal e-Cidadania e do Alô Senado.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Segurança pública terá sessão temática no Senado amanhã

O Plenário debaterá amanhã uma das questões que mais têm preocupado os brasileiros: a segurança pública. O tema foi apontado como prioridade do Senado para 2018 pelo presidente da Casa, Eunício Oliveira, na abertura do ano legislativo.

Marcada para as 13h30, a sessão temática será interativa. A previsão é de que dez convidados falem sobre o tema, cada um por dez minutos. Depois, cada senador terá cinco minutos para perguntas ou colocações.

O ministro Raul Jungmann, da recém-criada pasta da Segurança Pública, é um dos convidados que já confirmaram presença. Também devem participar o presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Lima; o conselheiro César Barreira, da Universidade Federal do Ceará e do Laboratório de Estudos da Violência; e o presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, José Robalinho.

A iniciativa de pedir a sessão foi do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). O pedido foi aceito por Eunício.

— Precisamos debater um tema tão relevante e importante para as pessoas poderem transitar livremente neste país. É o nosso papel fazer esse trabalho em resposta ao que as ruas e os cidadãos e cidadãs nos cobram — disse o presidente do Senado.

Três projetos que estavam

na agenda de prioridades da área de segurança pública já foram aprovados pelo Senado em 2018.

O PLS 32/2018 — Complementar obriga a instalação de bloqueadores de sinal de telefone celular em penitenciárias e presídios. De autoria de Eunício (PMDB-CE), o texto atribui à União a responsabilidade pela instalação dos equipamentos com recursos do Fundo Penitenciário (Funpen) e apoio dos estados.

Também foi aprovado projeto que impede o contingenciamento de créditos orçamentários programados para o Funpen (PLS 25/2014 — Complementar). Criado em 1994, o fundo destina recursos para a gestão do sistema prisional e financia atividades de manutenção. Apesar dos mais de 20 anos de criação, os repasses que custeiam o fundo ainda enfrentam obstáculos, daí a necessidade do texto, diz a autora, Ana Amélia (PP-RS).

O terceiro texto já aprovado prevê que a Polícia Federal terá que se responsabilizar pela investigação de crimes praticados por organizações paramilitares e milícias armadas, caso se comprove o envolvimento de agente de órgão de segurança pública estadual. O PLS 548/2011 é do ex-senador Marcelo Crivella, atual prefeito do Rio.

Veja na pág. 2 como acompanhar a sessão e participar do debate

O Diploma Bertha Lutz este ano será entregue às 26 deputadas que atuaram há 30 anos na elaboração da Constituição de 1988, quatro delas ainda hoje parlamentares

Mulheres constituintes receberão homenagem



AS 26 DEPUTADAS que atuaram no processo constituinte entre 1987 e 1988 receberão, na quarta-feira, véspera do Dia Internacional da Mulher, o Diploma Bertha Lutz. A entrega será feita durante sessão solene do Congresso, no Plenário do Senado. O evento integra a programação comemorativa dos 30 anos da Constituição de 1988. Entre as homenageadas, estão as atuais senadoras Lídice da Mata (PSB-BA), Lúcia Vânia (PSB-GO) e Rose de Freitas (PMDB-ES) e a deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

Também receberão o diploma as constituintes Anna Maria Rattes (RJ), Beth Azize (AM), Bete Mendes (SP), Eunice Michiles (AM), Irma Passoni (SP), Lúcia Braga (PB), Maria de Lourdes Abadia (DF), Maria Lúcia de Mello Araújo (AC), Marluce Pinto (RR), Moema São Thiago (CE), Myriam Portella (PI), Raquel Cândido (RO), Raquel Capiberibe (AP), Rita Camata (ES), Sadie Hauache (AM) e Sandra Cavalcanti (RJ).

Serão homenageadas in memoriam: Abigail Feitosa (BA), Cristina Tavares (PE), Dirce Tutu Quadros (SP), Márcia Kubitschek (DF), Rita Furtado (RO) e Wilma de Faria (RN).

A procuradora da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ressaltou a importância da homenagem.

— Era uma bancada significativa para a época. Lamentavelmente, nenhuma mulher senadora. Foram 26 deputadas, que, amparadas com a organização dos movimentos sociais, conquistaram e ajudaram a escrever a Constituição até hoje conhecida como Constituição Cidadã. Sem dúvida nenhuma, a Constituição de 1988 foi a que deu passos mais largos na garantia de direitos e no reconhecimento das mulheres — afirmou.

Bertha Lutz

Por meio do Diploma Bertha Lutz, criado em 2001, o Senado Federal premia anualmente pessoas que tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e a questões de gênero no Brasil, em qualquer área de atuação.

Bertha Maria Julia Lutz foi deputada federal, bióloga e advogada paulista. Foi eleita suplente para a Câmara dos Deputados em 1934. Em 1936 assumiu o mandato, que durou pouco mais de um ano.

Ela faleceu em 1976, no Rio de Janeiro.

A entrega do diploma e a sessão do Congresso fazem parte também da programação do Março Mulheres, organizado pela Secretaria da Mulher da Câmara e pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado.

Entre os eventos, estão uma exposição fotográfica, no Espaço Senado Galeria, de 5 a 16 de março, que mostrará um pouco da trajetória das deputadas constituintes.



Mulheres pedem, em 1987, a inclusão, na nova Constituição, de direitos que as 26 deputadas ajudaram a garantir

Deputadas aprovaram quase 900 propostas

	ABIGAIL FEITOSA (BA) In memoriam	Apresentou 166 emendas e teve 29 aprovadas. Membro da Comissão de Sistematização		MARIA DE LOURDES ABADIA (DF)	Apresentou 70 emendas e teve 21 aprovadas. Segunda vice-presidente da Subcomissão da Saúde, Segurança e do Meio Ambiente e membro da Comissão da Ordem Social
	ANNA MARIA RATTES (RJ)	Apresentou 468 emendas e teve 120 aprovadas. Segunda-vice-presidente da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e membro da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias		MARIA LÚCIA DE MELLO ARAÚJO (AC)	Apresentou 11 emendas e teve 2 aprovadas. Membro da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso
	BENEDITA DA SILVA (RJ)	Apresentou 93 emendas e teve 25 aprovadas. Suplente da Mesa da Assembleia Constituinte e membro da Comissão da Ordem Social e da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Deficientes e Minorias		MARLUCE PINTO (RR)	Apresentou 53 emendas e teve 16 aprovadas. Membro da Comissão da Organização do Estado e da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios
	BETH AZIZE (AM)	Apresentou 43 emendas e teve 12 aprovadas. Membro da Comissão da Ordem Econômica e da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica		MOEMA SÃO THIAGO (CE)	Apresentou 98 emendas e teve 30 aprovadas. Membro da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições e da Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas
	BETE MENDES (SP)	Licenciou-se do mandato de deputada federal constituinte em 15 de março de 1987 para exercer o cargo de secretária da Cultura do estado de São Paulo		MYRIAM PORTELLA (PI)	Apresentou 174 emendas e teve 53 aprovadas. Membro da Comissão da Ordem Econômica e da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte
	CRISTINA TAVARES (PE) In memoriam	Apresentou 227 emendas e teve 95 aprovadas. Membro das Comissões de Sistematização e da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, além da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação		RAQUEL CÂNDIDO (RO)	Apresentou 75 emendas e teve 23 aprovadas. Membro da Comissão da Ordem Econômica e da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica
	DIRCE TUTU QUADROS (SP) In memoriam	Apresentou 56 emendas e teve 9 aprovadas. Membro da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais		RAQUEL CAPIBERIBE (AP)	Apresentou 133 emendas e teve 44 aprovadas. Membro da Comissão da Ordem Econômica e da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária
	EUNICE MICHILES (AM)	Apresentou 193 emendas e teve 54 aprovadas. Membro da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, além da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso		RITA CAMATA (ES)	Apresentou 218 emendas e teve 66 aprovadas. Membro das Comissões da Família, Educação, Cultura e Esportes e da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso
	IRMA PASSONI (SP)	Apresentou 226 emendas e teve 71 aprovadas. Membro da Comissão da Ordem Econômica e da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária		RITA FURTADO (RO) In memoriam	Apresentou 66 emendas e teve 19 aprovadas. Membro da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação
	LÍDICE DA MATA (BA)	Apresentou 196 emendas e teve 32 aprovadas. Membro da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições e da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos		ROSE DE FREITAS (ES)	Apresentou 87 emendas e teve 13 aprovadas. Membro da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças e da Subcomissão do Sistema Financeiro
	LÚCIA BRAGA (PB)	Apresentou 117 emendas e teve 32 aprovadas. Primeira vice-presidente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais e membro da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher		SADIE HAUACHE (AM)	Apresentou 132 emendas e teve 51 aprovadas. Membro da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições e da Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança
	LÚCIA VÂNIA (GO)	Apresentou 143 emendas e teve 48 aprovadas. Membro da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais		SANDRA CAVALCANTI (RJ)	Apresentou 214 emendas e teve 64 aprovadas. Membro da Comissão de Sistematização
	MÁRCIA KUBITSCHEK (DF) In memoriam	Apresentou 42 emendas e teve 17 aprovadas. Membro da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, além da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes		WILMA DE FÁRIA (RN) In memoriam	Apresentou 82 emendas e teve 26 aprovadas. Membro da Comissão da Ordem Social e da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos